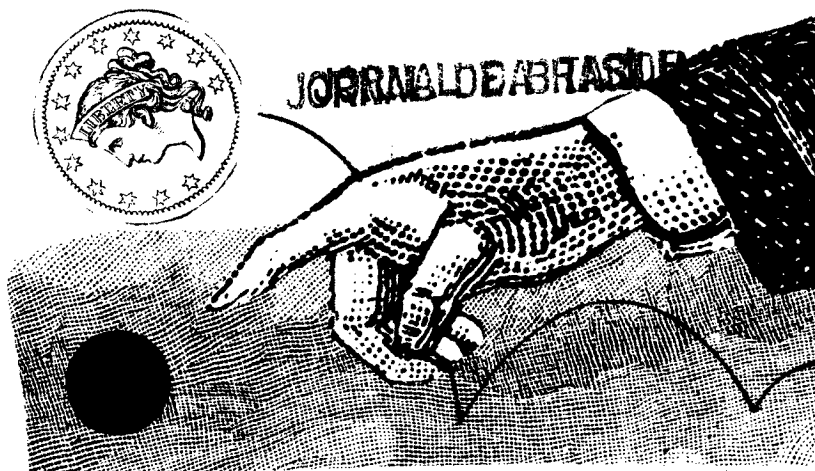


Boa notícia nos trouxe o ministro José Serra com o anúncio da criação de um fundo de ações das estatais e dos imóveis da União para liquidar dívidas. Além de ajudar a colocar as contas do País em dia, o fundo serviria de estímulo para o governo se lançar em novos investimentos.

Esse fundo (formado por ações das 160 estatais federais) poderia atingir até 200 bilhões de dólares! Sua criação parte da premissa de que o setor público tem um custo elevado para financiar suas dívidas interna e externa, de cerca de 160 bilhões de dólares, ao mesmo tempo que é dono de um patrimônio fabuloso que rende menos que os juros dessas dívidas.

Ora, vamos então substituir a dívida pelos títulos desse fundo de ativos públicos!

A estrutura do fundo é engenhosa, porque permite antecipar a solução de um problema — o custo da dívida —, antes mesmo que essas empresas sejam privatizadas. É que, com o fundo, o governo emite títulos representativos do valor das ações, que poderiam ser trocados por papéis da dívida. E por que razão um credor do governo aceitaria esses papéis? Em primeiro lugar, porque dificilmente o governo terá recursos orçamentários resgatados nos va-



O FUNDO DE AÇÕES DAS ESTATAIS
 E DOS IMÓVEIS DA UNIÃO,
 ANUNCIADO PELO MINISTRO SERRA,
 É UM VERDADEIRO OVO DE COLOMBO

lorizados leilões de privatização das companhias estatais integrantes desse fundo. O mercado de capitais trataria de negociar esses papéis, que teriam tanto mais valor quanto mais visibilidade e velocidade o governo desse aos leilões de privatização.

Esse verdadeiro ovo de Colombo que foi anunciado pelo ministro do Planejamento também permite outras operações financeiras, como, por exemplo, garantir concessões públicas com pagamento vinculado. É o caso dos presídios.

O Estado inadimplente, sem recursos para administrar os presídios, não poderia simplesmente colocar os presos nas ruas. O uso do fundo dos ativos públicos serviria como uma luva num caso como esse, garantindo o pagamento em forma de títulos dos gestores privados que passariam a administrar o presidio.

A idéia é tão boa que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão finalizando alterações na sua legislação para colocar em

prática um fundo de ativos públicos estaduais para viabilizar concessões.

É interessante notar que o fundo de ativos públicos também permite ao mercado financeiro internacional ter garantias reais para emprestar dinheiro de longo prazo a juros muito reduzidos. É mosca no mel para o capital estrangeiro, que se tem mostrado bastante interessado em investir no Brasil como, aliás, muitas multinacionais já vêm fazendo. A regulamentação desse fundo vai indicar também se o abatimento da dívida seria pelo seu valor efetivo ou com algum tipo de deságio estabelecido nos leilões. Enfim, um bom negócio para o governo, que pode antecipar o impacto da privatização e se beneficiar da valorização dos ativos remanescentes. Só temos que ficar alertas para que o fundo de ativos estatais não seja um motivo para postergar deliberadamente o processo de desestatização, coisa que certamente não passa pela cabeça deste governo.

O AUTOR

Antoninho Marmo Trevisan é presidente da Trevisan Auditores e Consultores

